

O Alienista e o eleitor

Por Mauricio de Freitas Silveira¹

Mais do que examinar a loucura, “O Alienista” expõe a fragilidade dos conceitos de razão e insanidade. A trajetória de Simão Bacamarte expõe uma crítica ao cientismo cego, à vaidade intelectual e à hipocrisia, revelando um classificador que se julga imune aos próprios critérios. Passado mais de um século, a obra permanece como espelho de uma sociedade que separa lúcidos e insensatos com falsa certeza, ignorando que o próprio observador também é julgado.

Talvez exista algo de machadiano na trajetória recente das instituições brasileiras. Durante décadas, Legislativo e Executivo acumularam crises de representação, denúncias de corrupção e sucessivos episódios que desgastaram a confiança pública. À medida que a política demonstrava dificuldade para corrigir seus próprios desvios, o Judiciário foi chamado a ocupar um espaço cada vez maior².

O Mensalão (Ação Penal 470) foi um dos primeiros grandes marcos dessa mudança, projetando o Supremo Tribunal Federal (STF) ao centro da política nacional com a condenação de dirigentes partidários, parlamentares e empresários. O julgamento afastou a imagem de uma Corte constitucional distante das disputas políticas. O tribunal passou a ser visto como agente no enfrentamento à corrupção que a política não continha, consolidando o conceito de “Supremocracia” cunhado por Oscar Vilhena Vieira (2018, p. 162)³.

Depois veio a Lava Jato. A operação nasceu sob a expectativa de combater estruturas de corrupção profundamente enraizadas nas relações entre Estado, grandes empresas e partidos políticos, considerada como símbolo de uma nova capacidade do Estado de investigar e responsabilizar agentes poderosos. Destarte, acabou submetida ao escrutínio judicial pelas revelações trazidas por Letícia Duarte (2020, p. 143) no livro “Vaza Jato”⁴, que confirmou a suspeição do então juiz da operação, e posteriormente

¹ Advogado. Mestre em Direito.

² Ivo Patarra em “20 Anos de Corrupção” mapeia e analisa criticamente as crises político-institucionais e os principais esquemas de corrupção no Brasil ao longo de vinte anos, abrangendo os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. O estudo examina o papel dos órgãos de controle, os desdobramentos e reviravoltas do Poder Judiciário (como as decisões do Supremo Tribunal Federal e a Operação Lava Jato) e as dinâmicas de articulação política com o Congresso Nacional, evidenciando os impactos sistêmicos do financiamento de campanhas, das emendas parlamentares e da impunidade na estrutura democrática brasileira. (PATARRA, Ivo. 20 anos de corrupção: os escândalos que marcaram Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Rio de Janeiro: História Real, 2022).

³ Conceito que designa o poder sem precedentes conferido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para proferir a última palavra sobre decisões dos demais poderes em temas políticos, econômicos, morais e sociais. A “supremocracia” emerge da desconfiança na política e da hiperconstitucionalização, estruturando-se na concentração de funções jurisdicionais, no acesso direto de atores políticos e na ampla discricionariedade do Tribunal. (VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes: Da transição democrática ao mal-estar constitucional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018).

⁴ Abaixo trecho: SERGIO MORO E DELTAN DALLAGNOL trocaram mensagens de texto que revelam que o então juiz federal foi muito além do papel que lhe cabia quando julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas, até agora inéditas, Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu

incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba anulando os processos naquela jurisdição.

Conflitos ligados aos atos de 8 de janeiro e às fronteiras entre liberdade e defesa da ordem democrática colocaram, novamente, o Judiciário no centro do debate nacional. Diferente do passado, quando a Corte era vista como "onze ilhas" (Recondo e Weber, 2019⁵) devido à atuação individual dos ministros, o tribunal apresentou forte união na resistência à ameaça autoritária (Recondo e Weber, 2023).⁶

Independentemente da avaliação que cada cidadão faça dessas decisões, um fenômeno é difícil de ignorar: parcelas cada vez maiores da disputa política passaram a ser resolvidas ou pelo menos deslocadas para o campo judicial. E quando um poder amplia sua presença, também aumenta a necessidade de controle, transparência e escrutínio sobre ele.

Acrescenta-se, a esse quadro o inconstitucional Inquérito da Fake News⁷ e doravante o episódio recente do “vorcarismo”, em que as investigações sobre o ex-banqueiro e suas relações com diferentes personagens da política brasileira recolocaram em discussão a proximidade entre poder econômico, poder político e o judiciário, evidenciando a participação de escritórios de advocacia de cônjuges de ministros⁸.

Neste carreiro, passou-se a integrar uma nova fase (leia-se: proteção mútua entre os poderes), como revelou Joaquim Falcão (2026, p. 69-70⁹) em seu livro “A Oligarquia dos Poderes”, em que os poderosos se protegem (leia-se: interpretam a CF para se tornarem inalcançáveis), pois estariam supostamente envolvidos. O interesse público

brincas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal. Abaixo: **“Talvez fosse o caso de inverter a ordem das duas planejadas”**, sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. **“Não é muito tempo sem operação?”** (DUARTE, Letícia; THE INTERCEPT BRASIL. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020).

⁵ A obra examina os bastidores, as crises e a dinâmica institucional do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 2005 e início de 2019. O estudo detalha a atuação da Corte em momentos cruciais da vida política nacional como o julgamento do mensalão, as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato e o início do governo Bolsonaro evidenciando a transição de um tribunal tradicionalmente distante para o centro do debate público. A narrativa enfatiza o conceito e a metáfora das "onze ilhas", retratando a forte marca do individualismo decisório e o isolamento dos ministros, cujas posições muitas vezes refletem posturas personalistas em detrimento da colegialidade, além de analisar as tensões internas, as relações com os demais Poderes e os impactos de suas decisões na estabilidade democrática. (RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *Os onze: o STF, seus bastidores e suas crises*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

⁶ No livro “O Tribunal” Recondo e Weber (2023) em contraponto à perspectiva anterior dos autores em *Os onze*, centrada na metáfora das "onze ilhas" e na atuação desagregada e individual dos ministros, o estudo narra a evolução de um tribunal que, após fases de hesitação e acomodação, consolidou uma forte resistência unida face a uma agenda de cariz autoritário e de destruição institucional. A obra detalha as reações da Corte a ataques pessoais contra magistrados, ao legalismo autocrático, ao negacionismo durante a pandemia de covid-19 e a outras ameaças, sublinhando a reinvenção do Supremo na defesa da Constituição. (RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *O tribunal: Como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023).

⁷ SANTOS, Poliana. Relembre o inquérito das fake news, aberto há sete anos no STF: Investigação foi instaurada em 2019 e já teve decisões que atingiram empresários, políticos e jornalistas. 09/09/2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-o-inquerito-das-fake-news-aberto-ha-sete-anos-no-stf/> Acesso em 11/10/2026.

⁸ Vale a pena lembrar que o Ministro Alexandre de Moraes votou pela inconstitucionalidade do art.144 do CPC, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5953. Duda Teixeira em seu livro “STF: Como chegamos até aqui?”, enfatiza que a AMB (Associação dos Magistrados Brasil) e o juízes de todo Brasil ficaram livres para não se declarar impedidos quando esposas, filhos, e outros integravam os escritórios de uma das partes (TEIXEIRA, Duda. *STF: como chegamos até aqui?*. São Paulo, Faro Editorial. 2024, p. 78/79).

⁹ FALCÃO, Joaquim. *A Oligarquia dos Poderes: e a crise da democracia*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: História Real. 2026.

do episódio ultrapassa a situação individual de qualquer investigado. Está na questão mais ampla sobre as fronteiras entre relações pessoais, interesses econômicos, financiamento e poder político.

Talvez seja justamente a sucessão desses episódios que explique a sensação de esgotamento institucional que acompanha o eleitor brasileiro.

Mas há ainda um fenômeno que torna tudo isso mais complexo: a polarização ao quadrado. A polarização não é apenas uma divisão entre esquerda e direita, conforme assevera Nunes e Traumann na obra “Biografia do Abismo” (2023, p. 128)¹⁰. Quando levada ao extremo, ela modifica a própria maneira como os cidadãos enxergam os fatos.

E aqui Machado de Assis renasce. Bacamarte passa tanto tempo classificando os outros que, no final, volta sua própria teoria contra si mesmo. Depois de concluir que todos apresentavam algum desvio, chega à conclusão de que somente aquele que reúne equilíbrio absoluto poderia ser considerado perfeitamente normal. E então surge a ironia máxima da narrativa: se o critério de normalidade é levado às últimas consequências, talvez o próprio Bacamarte seja o único candidato à Casa Verde. É como se ele dissesse, em sua lógica absurda: “eu mesmo vou me internar¹¹”.

A frase resume uma das maiores ironias de Machado: aquele que se julgava capaz de diagnosticar todos os outros termina submetido ao próprio diagnóstico: O Supremo.

A polarização pode produzir justamente isso: uma Casa Verde em que todos apontam para a loucura do outro, enquanto ninguém mais pergunta quem estabeleceu os critérios, quem fiscaliza o diagnóstico e quem examina o examinador.

O eleitor fica e está no centro dessa contradição. A democracia pressupõe escolhas. Mas escolhas democráticas dependem de informação, memória e capacidade de distinguir fatos de acusações, investigações de condenações, responsabilidades individuais de falhas sistêmicas. Também dependem da capacidade de ouvir aquilo que vem do outro lado.

O eleitor brasileiro chega a 2026 diante de uma pergunta muito mais prosaica: o que fazer quando a escolha democrática é feita sob o peso de uma desconfiança acumulada durante anos e em meio a uma disputa política na qual cada lado acredita que o outro representa o perigo maior?

Talvez essa seja a verdadeira loucura que Machado nos ajuda a enxergar. Não a loucura de um indivíduo, mas a de uma sociedade que, depois de tantas crises, pode acabar reduzindo a política à rejeição do outro, à defesa automática do próprio grupo e à incapacidade de reconhecer erros quando eles acontecem dentro da própria Casa Verde.

Nesse sentido, O Alienista não oferece uma resposta. Oferece um espelho. A questão não é encontrar um salvador, nem entregar a uma única instituição a tarefa de

¹⁰ Sobre o enrijecimento do debate político e a persistência da polarização para além das figuras de liderança, os autores destacam que, “embora líderes carismáticos, como Lula e Bolsonaro, reforcem essa polarização, acreditamos ser ingênuo supor que a ausência de um ou dos dois nas próximas eleições vai devolver o país à normalidade política”. O estudo aponta que a maioria do eleitorado engajado já possui uma identidade política consolidada e marcada por forte intransigência, tornando os resultados eleitorais mais imprevisíveis a despeito da rigidez das paixões partidárias. (NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023).

¹¹ (...) Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco além dele em Itaguaí, mas esta opinião fundada em um boato que correu desde que o alienista expirou, não tem outra prova senão o boato; e boato duvidoso, pois é atribuído ao Padre Lopes, que com tanto fogo realçara as qualidades do grande homem. Seja como for, efetuou-se o enterro com muita pompa e rara solenidade. (ASSIS, Machado de. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II).

corrigir todas as outras. É preservar o equilíbrio entre os Poderes, estabelecer limites¹² para cada um deles e manter o cidadão atento ao exercício da autoridade que, em última instância, emana do voto.

Depois de tantos diagnósticos, tantas classificações e tantas certezas, resta ao eleitor uma tarefa muito mais difícil do que escolher entre o certo e o errado. Escolher em meio à imperfeição, sem transformar o adversário em inimigo, sem transformar a instituição em ídolo e sem perder a capacidade de reconhecer quando a própria Casa Verde está crescendo demais.

No fim, talvez essa seja a grande reflexão eleitoral de 2026: que tipo de poder estamos dispostos a entregar, e quais limites exigiremos daqueles que o receberem?

E, nessa história, o personagem que não pode desaparecer é justamente aquele que Machado deixaria olhando para a Casa Verde: o eleitor.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II.
- ARGUELHES, Diego Werneck. *O supremo: entre o direito e a política*. 1. ed. Rio de Janeiro: História Real, 2023.
- DUARTE, Letícia; THE INTERCEPT BRASIL. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- FALCÃO, Joaquim. *A Oligarquia dos Poderes: e a crise da democracia*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: História Real, 2026.
- NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023
- PATARRA, Ivo. *20 anos de corrupção: os escândalos que marcaram Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro*. Rio de Janeiro: História Real, 2022.
- RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *Os onze: o STF, seus bastidores e suas crises*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *O Tribunal: Como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- SANTOS, Poliana. *Relembre o inquérito das fake news, aberto há sete anos no STF: Investigação foi instaurada em 2019 e já teve decisões que atingiram empresários, políticos e jornalistas*. 09/09/2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-o-inquerito-das-fake-news-aberto-ha-sete-anos-no-stf/> Acesso em 11/10/2026.
- TEIXEIRA, Duda. *STF: como chegamos até aqui?*. São Paulo, Faro Editorial. 2024, p. 78/79.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes: Da transição democrática ao mal-estar constitucional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹² “O mandato fixo teria outra implicação importante. Passa a mensagem de que nenhum ministro é mais relevante para a formação da jurisprudência do tribunal do que os colegas, apenas por ter ficado mais tempo atuando. Com mandato fixo, todos têm o mesmo tempo para moldar as decisões do tribunal. O sistema atual reforça o individualismo, que é uma das patologias do nosso Supremo, pois permite que alguns ministros exerçam muito mais poder e influência do que outros, do ponto de vista temporal. Se acreditarmos que vale a pena reconstruir o tribunal para que a instituição seja mais importante do que qualquer uma de suas partes individuais, a permanência de alguns ministros por décadas é um obstáculo.” (ARGUELHES, Diego Werneck. *O supremo: entre o direito e a política*. 1. ed. Rio de Janeiro: História Real, 2023).